

Sumário

CAPÍTULO 1– DIREITO DO TRABALHO

1. Trabalho
 - 1.1. Origem da palavra
 - 1.2. Definição
2. Direito do Trabalho
 - 2.1. Conceito
 - 2.2. Característica
 - 2.3. Divisão
 - 2.4. Fundamento
 - 2.5. Breve histórico mundial

CAPÍTULO 2– PRINCÍPIOS DE DIREITO DO TRABALHO

1. Introdução
2. Espécies
 - 2.1. Princípio da prevalência da condição mais benéfica ao trabalhador
 - 2.1.1. Requisitos
 - 2.2. Princípio da aplicação da norma mais favorável ao trabalhador
 - 2.3. Princípio *in dubio pro misero* ou *in dubio pro operario*
 - 2.3.1. Requisitos
 - 2.4. Princípio da primazia da realidade
 - 2.5. Princípio da integralidade, intangibilidade e da irredutibilidade salarial
 - 2.6. Princípio da continuidade da relação de emprego
 - 2.7. Princípio da continuidade da empresa, ou da preservação da empresa, ou função social da empresa
 - 2.8. Princípio da inalterabilidade contratual *in pejus*
 - 2.9. Princípio da irrenunciabilidade e da intransacionabilidade
 - 2.9.1. Renúncias e transações previstas em lei ou toleradas pela jurisprudência
 - 2.9.2. Renúncias e transações trazidas pela Reforma Trabalhista, além da ampla flexibilização coletiva– Lei 13.467/2017

CAPÍTULO 3– REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO-

1. Relação de emprego – requisitos
 - 1.1. Pessoalidade
 - 1.2. Subordinação
 - 1.3. Onerosidade
 - 1.4. Natureza habitual ou não eventual
 - 1.5. Risco do negócio do empregador
 - 1.6. Exclusividade

CAPÍTULO 4– EMPREGADOS DOMÉSTICOS

1. Doméstico
 - 1.1. Enquadramento legal
 - 1.2. Continuidade
 - 1.3. Pessoa física ou família
 - 1.4. Atividade de natureza não lucrativa
 - 1.5. Âmbito residencial
2. Direitos

CAPÍTULO 5– TRABALHADOR RURAL

1. Rural
2. Conceito e enquadramento legal
3. Propriedade rural e prédio rústico
4. Conceito de empregador rural
 - 4.1. Consórcio de empregadores rurais
 - 4.2. Grupo econômico rural
5. Trabalhadores rurais
 - 5.1. Contrato misto
6. Direitos do trabalhador rural – Lei 5.889/73
 - 6.1. Peculiaridades do trabalhador rural e distinções
 - 6.1.1. Aviso prévio
 - 6.1.2. Intervalo interjornada
 - 6.1.3. Intervalo
 - 6.1.4. Horário e adicional noturno
 - 6.1.5. Safrista
 - 6.1.6. Utilidades
 - 6.1.7. Moradia
 - 6.1.8. FGTS, PIS e Salário-família
 - 6.1.9. Insalubridade e periculosidade
 - 6.1.10. Discriminação à idade
 - 6.1.11. Prescrição parcial

CAPÍTULO 6– EMPREGADOR

1. Empregador
 - 1.1. Empregador “por equiparação”
 - 1.2. Empresa e estabelecimento
2. Grupo econômico
 - 2.1. Conceito
 - 2.2. Grupo por subordinação e por coordenação
 - 2.3. Requisitos para a caracterização
 - 2.4. Solidariedade
3. Sucessão de empresários
 - 3.1. Conceito
 - 3.2. Transferência
 - 3.3. Provisória ou definitiva
 - 3.4. Título público ou privado
 - 3.5. Oneroso ou gratuito
 - 3.6. Sucessor continua explorando a mesma atividade-fim que o sucedido
 - 3.7. Desnecessária a continuidade da prestação de serviços do empregado
 - 3.8. O sucedido fica desonerado das dívidas trabalhistas após a sucessão

CAPÍTULO 7– TERCEIRIZAÇÃO

1. Nomenclatura
2. Conceito
3. Divisão
4. Hipóteses legais
5. Responsabilidade do tomador e intermediador de mão de obra
 - 5.1. Tomador público
6. Estudo de alguns tipos de terceirização

- 6.1. Terceirização geral – arts. 4º-A e seguintes da Lei 6.019/74
- 6.2. Trabalho temporário – Lei 6.019/74

CAPÍTULO 8– ESPÉCIES DE CONTRATO

- 1. Contrato por prazo determinado
 - 1.1. Teoria geral
 - 1.2. Forma
 - 1.3. Hipóteses – art. 443 da CLT
 - 1.4. Duração e contagem
 - 1.5. Prorrogação e continuação
 - 1.6. Contrato por prazo determinado x estabilidade e suspensões contratuais
- 2. Contrato intermitente

CAPÍTULO 9– DURAÇÃO DO TRABALHO

- 1. Fundamento
- 2. Jornada e horário de trabalho
 - 2.1. Jornada
 - 2.2. Horário de trabalho
 - 2.3. Duração do trabalho
- 3. Trabalho extraordinário
 - 3.1. Intervalo trabalhado
 - 3.2. Intervalo concedido parcialmente
 - 3.3. Trabalho além da jornada
 - 3.4. Compensação de jornada
 - 3.5. Limite de dez horas por dia
 - 3.6. Limite de duas horas por dia
 - 3.7. Forma
 - 3.8. Prazo máximo
- 4. Contrato por tempo parcial
- 5. Excluídos do capítulo da duração do trabalho
 - 5.1. Empregado de confiança que tenha padrão mais elevado de vencimentos
 - 5.2. Função de confiança
 - 5.3. Primeiro grupo – “Gerente”
 - 5.4. Segundo grupo – “Gerentão”
 - 5.4.1. Controvérsia
 - 5.4.2. Percepção de gratificação de 40% ou majoração salarial correspondente a 40%
 - 5.5. Terceiro grupo – Diretores
 - 5.6. Empregados externos
 - 5.6.1. Primeiro grupo
 - 5.6.1.1. Trabalhador em domicílio
 - 5.6.2. Segundo grupo
 - 5.6.3. Terceiro grupo
 - 5.6.3.1. Motoristas
 - 5.6.4. Anotação na CTPS da condição de trabalhador externo
 - 5.7. Teletrabalho
- 6. Valores dos adicionais de horas extras
- 7. Base de cálculo das horas extras
- 8. Controle de horário

CAPÍTULO 10– SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

1. Conceito
2. Obrigações das partes durante a suspensão e interrupção contratual
 - 2.1. Obrigações do empregador
 - 2.2. Obrigações do empregado
3. Despedida injusta no curso da suspensão ou da interrupção
4. Hipóteses de suspensão
 - 4.1. Serviço militar obrigatório
 - 4.2. Encargos civis públicos
 - 4.3. Mandato sindical
 - 4.4. Suspensão disciplinar
 - 4.4.1. Suspensão para responder a inquérito judicial
 - 4.5. Diretor eleito de S/A
 - 4.6. Greve – Lei 7.783/89
 - 4.7. Auxílio-doença
 - 4.8. Aposentadoria por invalidez
 - 4.9. Licença-maternidade
 - 4.10. Acidente de trabalho
 - 4.11. Suspensão para curso
 - 4.12. Trabalho intermitente
5. Hipóteses de interrupção

CAPÍTULO 11– FÉRIAS

1. Conceito e fundamento
 - 1.1. Conceito
 - 1.2. Finalidade
2. Natureza jurídica
3. Período de férias e duração
4. Aquisição do direito
5. Férias proporcionais
 - 5.1. Cabimento
 - 5.2. Pedido de demissão e justa causa
6. Concessão das férias
 - 6.1. Período de concessão
 - 6.2. Forma de pagamento
 - 6.3. Terço constitucional
 - 6.4. Concessão fora do prazo
7. Época das férias
8. Fracionamento das férias
9. Proibição de trabalho para outro empregador
10. Comunicação das férias
11. Férias coletivas
12. Cessação do contrato de trabalho
13. Abono de férias

CAPÍTULO 12– RSR E FERIADOS

1. Finalidade e visão histórica do instituto
2. Natureza jurídica
3. Direito
4. Atividades autorizadas a funcionar aos domingos/escala de revezamento

5. Trabalho em dia de repouso e feriado
6. Feriados
7. Remuneração do repouso semanal
 - 7.1. Comissionistas

CAPÍTULO 13– SALÁRIO

1. Salário
 - 1.1. Conceito
2. Remuneração
 - 2.1. Conceito
 - 2.2. Elementos do salário
 - 2.3. Breves comentários às modificações trazidas pela Lei 13.467/2017 ao art. 457 da CLT
3. Salário-utilidade
 - 3.1. Conceito e requisitos
 - 3.2. Espécies e valor da utilidade
 - 3.3. Descontos
4. Gratificações
 - 4.1. Gratificação de função
 - 4.2. Gratificação natalina ou 13º salário
5. Adicionais
 - 5.1. Conceito
 - 5.2. Tipos
 - 5.2.1. Adicional noturno
 - 5.2.2. Adicional de hora extra x intervalo intrajornada
 - 5.2.3. Adicional de insalubridade e periculosidade
 - 5.2.4. Adicional de transferência
6. Prêmio
 - 6.1. Conceito
7. Ajuda de custo e diárias de viagem

CAPÍTULO 14– DANO EXTRAPATRIMONIAL OU MORAL

1. Conceito de dano
2. Indenização – Requisitos
 - 2.1. Dano
 - 2.2. Ato ilícito
 - 2.3. Nexo causal
3. Dano moral ou extrapatrimonial
4. Conceito

CAPÍTULO 15– AJUSTE E FIXAÇÃO SALARIAL

1. Ajuste e fixação do salário
2. Valor do salário
3. Época e periodicidade do salário e do pagamento
4. Irredutibilidade, integralidade e intangibilidade do salário

CAPÍTULO 16– IGUALDADE SALARIAL

1. Equiparação salarial
 - 1.1. Requisitos
 - 1.2. Contemporaneidade
 - 1.3. Mesmo empregador

- 1.4. Identidade de atribuições
- 1.5. Mesma localidade x Mesmo estabelecimento
- 1.6. Diferença de tempo na função não superior a dois anos e quatro no emprego a favor do modelo
- 1.7. Identidade de produtividade e perfeição técnica
- 1.8. Inexistência de plano de cargos e salários com previsão alternada de promoção por antiguidade e/ou por merecimento
- 1.9. Mesmo regime jurídico
 - 1.9.1. Desnível salarial originado de sentença
- 1.10. Desnível salarial por discriminação sexo ou etnia
- 1.11. Impedimentos
- 1.12. Ônus da prova
- 2. Salário-substituição
 - 2.1. Conceito e requisitos

CAPÍTULO 17– EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

- 1. Causas
- 2. Extinções normais
 - 2.1. Terminação antecipada do contrato a termo
- 3. Extinções anormais – espécies ou modos
 - 3.1. Dispensa ou despedida
 - 3.1.1. Conceito
 - 3.1.2. Natureza jurídica
 - 3.1.3. Modo e efeito
 - 3.1.4. Requisitos
 - 3.1.5. Direitos
 - 3.2. Demissão
 - 3.2.1. Conceito
 - 3.2.2. Natureza jurídica
 - 3.2.3. Modo e efeito
 - 3.2.4. Requisitos
 - 3.2.5. Direitos
 - 3.3. Distrato e contrato intermitente

CAPÍTULO 18– AVISO PRÉVIO

- 1. Conceito e regras gerais
- 2. Forma
- 3. Natureza jurídica
 - 3.1. Trabalhador
 - 3.2. Indenizado pelo empregador
 - 3.3. Indenizado pelo empregado
- 4. Prazo e retratação
 - 4.1. Contagem
- 5. Efeitos
 - 5.1. Empregado urbano
 - 5.2. Jornada reduzida ou dispensa do trabalho por sete dias
 - 5.3. Jornada reduzida não concedida
 - 5.4. Integração ao tempo de serviço do aviso prévio indenizado
 - 5.5. Empregado rural
 - 5.6. Doméstico

6. Aviso prévio proporcional
7. Contrato a termo
8. Contrato intermitente e distrato
9. Cabimento
10. Aviso prévio indenizado
11. Estabilidade
12. Parcelas que integram o aviso prévio indenizado
13. Justa causa

CAPÍTULO 19– RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO – JUSTA CAUSA

1. Poder disciplinar
2. Punições disciplinares
 - 2.1. Advertência
 - 2.2. Suspensão
 - 2.3. Justa causa
 - 2.4. Tipos
 - 2.5. Requisitos para aplicação regular da justa causa
 - 2.6. Estudo de algumas faltas

CAPÍTULO 20– ESTABILIDADE

1. Conceito
2. Classificação da estabilidade
 - 2.1. Quanto à forma
 - 2.2. Quanto à duração
 - 2.3. Quanto à forma extinção por despedida
 - 2.4. Quanto ao tipo
3. Reintegração
4. Espécies
 - 4.1. Estabilidade sindical
 - 4.1.1. Dirigente de associação profissional
 - 4.1.2. Dirigente sindical
 - 4.1.3. Requisitos para aquisição da estabilidade
 - 4.1.4. Exceções
 - 4.2. Estabilidade da gestante
 - 4.2.1. Conhecimento pelo empregador
 - 4.2.2. Conhecimento pela empregada
 - 4.2.3. Reintegração ou indenização
 - 4.2.4. Interrupção da gravidez
 - 4.3. Estabilidade – contrato a termo
 - 4.4. Doméstica
 - 4.5. Estabilidade do titular da CIPA
 - 4.6. Estabilidade do acidentado
 - 4.7. Empregados excluídos
 - 4.7.1. Requisitos
 - 4.8. Acidente de trabalho ou doença ocupacional
 - 4.8.1. Comunicação do acidente
 - 4.8.2. Cessação do auxílio-doença (acidentário)
 - 4.8.3. Alta médica
 - 4.8.4. Constitucionalidade do art. 118 da Lei 8.213/91
 - 4.9. Comissão de empregados para fiscalização da distribuição e rateio das gorjetas

4.10. Representante dos empregados nas empresas com mais de 200 empregados

CAPÍTULO 21 – DIREITO COLETIVO

1. Introdução
2. Definição
3. Princípios
 - 3.1. Princípio da liberdade sindical
 - 3.2. Princípio da preponderância do interesse coletivo sobre o individual
 - 3.3. Princípio da autonomia coletiva ou poder de autorregulamentação
 - 3.4. Princípio da busca do equilíbrio social ou da paz social
 - 3.5. Princípio da adequação ou da adaptação
 - 3.6. Princípio do limite da negociação coletiva ou da adequação setorial negociada
 - 3.7. Princípio da boa-fé ou da lealdade entre os negociantes
 - 3.8. Princípio da intervenção obrigatória dos sindicatos
 - 3.9. Princípio da equivalência entre os negociantes
 - 3.10. Princípio da atuação de terceiros
4. Conceito
 - 4.1. Natureza jurídica e representação do sindicato
5. Condições e registro
6. Formas de custeio: contribuições sindicais
 - 6.1. Contribuição sindical (antigo imposto sindical – arts. 578 e 548, *a*, da CLT) ou contribuição anual obrigatória – revogada pela Lei 13.467/2017
 - 6.2. Contribuição sindical assistencial ou estatutária
 - 6.3. Contribuição prevista em norma coletiva assistencial
 - 6.4. Contribuição confederativa
7. Convenção e acordo coletivo de trabalho
 - 7.1. Conceito
 - 7.2. Duração, pressupostos e validade
 - 7.3. Quórum
 - 7.4. Espécies de cláusulas coletivas
 - 7.5. Efeitos das cláusulas coletivas sobre o contrato de trabalho
 - 7.6. Peculiaridades do acordo coletivo
 - 7.7. Conflito entre acordo e convenção coletiva
 - 7.8. Legitimados
 - 7.9. Categoria e base territorial
8. Greve
 - 8.1. Conceito
 - 8.2. Origem da palavra
 - 8.3. Finalidade
 - 8.4. Suspensão do contrato de trabalho
 - 8.5. Requisitos
 - 8.6. Legitimidade
 - 8.7. Limitação do direito de greve
 - 8.8. Greve abusiva ou ilícita

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Outras referências